



# Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



**Órgão : CAMARA DE CAJUEIRO DA PRAIA**

nº processo TCE

**CW-009776/24**

nº contrato

**010/2024**

nº processo administrativo

**010/2024**

procedimento origem

**Dispensa**

objeto

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA**

nome do contratado

**J. V. DOS SANTOS**

cpf/cnpj

**47.732.396/0001-25**

data da assinatura

**09/05/2024**

valor contratado

**R\$9.421,00**

data do cadastro

**21/05/2024**

data últ. alteração

**21/05/2024**



## **TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO POR DISPENSA**

O Presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o Inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, considerando o que consta do presente processo administrativo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** Nº 006/2024, vem fazer alguns considerando para **AUTORIZAR** a contratação por Dispensa de licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA.**

**CONSIDERANDO** que, a contratação visa atender as necessidades da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, no intuito de garantir a o bom funcionamento da máquina pública;

**CONSIDERANDO** que, os trâmites antes da contratação direta, uma vez que, segundo o artigo 72 da Lei nº 14.133/21, com a redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.05.98, as dispensas previstas e as situações de dispensa referidas no art. 75, devem ser necessariamente justificadas e comunicadas dentro de três dias a autoridade superior, para autorização e publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos;

**CONSIDERANDO** que a contratação direta ora apresentada foi instruída com a razão da escolha do prestador dos serviços (inciso VI) e justificativa do preço (inciso VII), conforme exigência do parágrafo único do artigo 72;

**CONSIDERANDO** que consta nos autos documentações que comprovam ser a empresa dotada de capacidade para o processo de dispensa;

**CONSIDERANDO** certificação de sua veracidade pela Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, através de consulta e validações;

**CONSIDERANDO** que os atos pelos quais se pleiteia reconhecimento a dispensa de licitação, estão em conformidade com a Lei;

**CONSIDERANDO** a Declaração de existência de dotação orçamentária exarada pelo Controlador;

**CONSIDERANDO** argumentos apresentados, as quais opinam sobre Processo Administrativo nº. **010/2024** de interesse da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, especialmente ante as razões expostas pelas mesmas na justificativa e Parecer da Assessoria Jurídica;

**AUTORIZO** em todos os seus termos, a favor da empresa **JJP SEGURANCA ELETRONICA**, com sede na Rua Vicente Pereira Lima, S/N, Centro, Chaval/CE – CEP: 62.420-000, inscrito no Cadastro Nacional de





## CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000

E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com

CNPJ nº: 02.949.509/0001-00

**ESTADO DO PIAUÍ**

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

Pessoas Jurídicas sob o nº 47.732.396/0001-25, que cotou valor global estimado em **RS 9.421,00 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais)**, haja vista que foram preenchidas as condições de convencimento, ao tempo em que determino a publicação do extrato da autorização, no prazo da Lei, para que possa surtir seus reais efeitos externos.

**DETERMINO** que depois de cumprida o que foi estabelecido, seja providenciado chamamento do interessado para retirar instrumento contratual, de tudo observando-se a todos os elementos relativo ao objeto a ser contratado, como portador que dos dados e elementos fundamentais, inclusive da preservação do preço e forma de pagamento nos termos do orçamento proposto, passando a integrar no todo este termo, com vista a possibilidade do atendimento do pedido, no menor espaço de tempo possível, determinando, ainda, o acompanhamento da prestação dos serviços, evitando, assim, desvios de condutas ou mesmo solução de continuidade das atividades de ordem administrativas.

**ESCLAREÇO** que, após formalização da autorização de entrega ou termo contratual, deve ser providenciado extrato para sua publicação, conforme dispõe o art. 94, sem descuidar-se das obrigações previstas pelo art. 72, parágrafo-único ambos da Lei nº. 14.133/21, de tudo, acostando-se ao processo cópias comprobatórias.

**EXPEÇA-SE** e publique-se o competente documento para os fins legais e regulamentares, para indicar a empresa disponível e interessada à contratação.

Cajueiro da Praia/PI, 07 de maio de 2024.

Luciano de Araújo Silva

**Presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI**



**CONTRATO**

**CONTRATO Nº 010/26024. PROCESSO ADMINISTRATIVO 010/2024, ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2024.**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PIAUI, ATRAVÉS DO PRESIDENTE, COM A EMPRESA JJP SEGURANCA ELETRONICA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Gerardo Laura, 571, Centro, Cajueiro da Praia/PI – CEP: 64.222-000, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.949.509/0001-00, neste ato representado pelo Presidente, Sr. **LUCIANO DE ARAÚJO SILVA**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, do outro lado, a empresa **JJP SEGURANCA ELETRONICA**, com sede na Rua Vicente Pereira Lima, S/N, Centro, Chaval/CE – CEP: 62.420-000, CNPJ nº 47.732.396/0001-25, representada por **JANES VERAS DOS SANTOS**, empresário, portador da Carteira de Identidade Registro Geral nº 2003014003754 SSP CE e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o nº 019.449.193-50, residente e domiciliado na Rua João Ferreira Lima, Nº 2426, Chaval/CE, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de Dispensa de Licitação nº 006/2024, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. Processo de Dispensa de Licitação, de acordo com o art. 75, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores.

**CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO (art. 92, I e II)**

2.1. O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA.**

2.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.2.1. O Termo de Referência;
- 2.2.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 2.2.3. A Proposta do contratado; e
- 2.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR**

JANES VERAS





3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato, o valor global estimado em **R\$ 9.421,00 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais)**, conforme especificações da planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UND | QUANT | VL. UNIT | VL.TOTAL |
|------|--|-----|-------|----------|----------|
| 1.   | MHDX 1016  | UND | 1     | 1.600,00 | 1.600,00 |
| 2.   | HD 2TB   | UND | 1     | 800,00   | 800,00   |
| 3.   | FONTE 12V  | UND | 1     | 150,00   | 150,00   |
| 4.   | CÂMERA HD  | UND | 4     | 300,00   | 1.200,00 |
| 5.   | CABO COAXIAL                                     | UND | 120   | 4,99     | 598,80   |
| 6.   | RACK   | UND | 1     | 300,00   | 300,00   |
| 7.   | ESTABILIZADOR 4 TOMADAS                          | UND | 1     | 250,00   | 250,00   |
| 8.   | CONECTOR BNC                                     | UND | 8     | 6,99     | 55,92    |
| 9.   | CONECTOR P4                                      | UND | 4     | 4,99     | 19,96    |
| 10.  | CAIXA DE PAISAGEM                                | UND | 4     | 19,99    | 79,96    |
| 11.  | CENT. ALARME CONTRA ROUBO ANM24                  | UND | 1     | 638,00   | 638,00   |
| 12.  | SEN MAG XAS 4010 SMART                           | UND | 4     | 90,00    | 360,00   |
| 13.  | SIRENE 105 DB SIR 1000-PRETA                     | UND | 1     | 99,60    | 99,60    |
| 14.  | BATERIA 12V ALARME                               | UND | 1     | 150,00   | 150,00   |
| 15.  | INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E SENSORES                 | UND | 8     | 180,00   | 1.440,00 |
| 16.  | INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO DVR E CENTRA ALARME | UND | 2     | 200,00   | 400,00   |
| 17.  | MANUTENÇÃO EM CÂMERA                             | UND | 4     | 150,00   | 600,00   |
| 18.  | CAIXA DE PAISAGEM                                | UND | 4     | 19,99    | 79,96    |
| 19.  | CABO COAXIAL                                     | UND | 120   | 4,90     | 598,80   |

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O contrato terá o prazo de vigência até 31 de dezembro de 2024, a contar da data assinatura contrato, podendo ser prorrogado na forma prevista na Lei 14.133/21.

#### CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

5.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

JAMES VERM





6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLAÚSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

### **CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE**

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGP-M (ÍNDICE GERAL DE PREÇO DE MERCADO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

### **CLAÚSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o

JAVES NEVES





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000

E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com

CNPJ nº: 02.949.509/0001-00

ESTADO DO PIAUÍ

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.1.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**9.1.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.1.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**9.1.9.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**9.1.10.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

**9.1.11.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.1.12.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**9.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**9.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**9.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

## CLAUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1.** Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

**10.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**10.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**10.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**10.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**10.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a prestação de serviço do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

JAMES VERA





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000

E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com

CNPJ nº: 02.949.509/0001-00

ESTADO DO PIAUÍ

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

- 10.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
  - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo de DISPENSA ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou execução do contrato;
  - i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
  - k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
  - I) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
  - II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

JAMES VERA





## CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000

E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com

CNPJ nº: 02.949.509/0001-00

ESTADO DO PIAUÍ

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

**III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

**I.V) Multa:**

(1) *moratória de 1% (um por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) pela inobservância do prazo e horário fixado para apresentação e demais obrigações do objeto.*

(2) *O atraso superior ao estabelecido como máximo no (1) autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

(3) *compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, não isentando o prestador de serviço da devolução dos valores previamente recebidos;*

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

JAMES VERA





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA

Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000

E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com

CNPJ nº: 02.949.509/0001-00

ESTADO DO PIAUÍ

Folha \_\_\_\_\_

Rubrica \_\_\_\_\_

**13.9.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**13.10.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**13.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**13.12.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

## CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

**14.1** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

**15.1.** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos, sob a dotação orçamentária 2024:

DOTAÇÃO: 01.031.0001.2001

ATIVIDADE: 2001

ELEMENTO DE DESPESAS: 3.3.90.39/4.4.90.52

FONTE: 500

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

JAVES VERRAS





### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

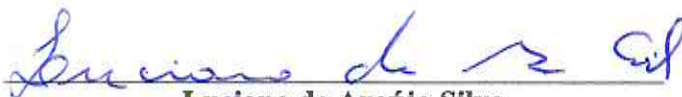
19.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

19.2. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Luís Correia/PI, para conhecimento das questões relacionadas com o Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos



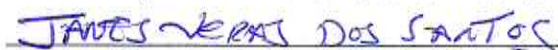
**Luciano de Araújo Silva**

Presidente

Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI

**CONTRATANTE**

Cajueiro da Praia/PI, 09 de maio de 2024.



**JJ P SEGURANCA ELETRONICA**

**CONTRATADA**

### TESTEMUNHAS:

1. 

Nome: **JONAS VERAS DOS SANTOS**

CPF: **04703259338**

2. 

Nome: **Francisca Fabiana S. Sousa**

CPF: **026289641-98**



Id:05D4FEC91E46B957



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA**  
 Avenida Gerardo Laura, 571 – Centro – Cajueiro da Praia - PI, 64222-000  
 E-mail: camaracajueirodapraia2023@outlook.com  
 CNPJ nº: 02.949.509/0001-00  
 ESTADO DO PIAUÍ

Folha \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

**EXTRATO PUBLICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE  
 COMPETENTE PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O Presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o Inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2022, considerando o que consta do presente processo administrativo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024**, AUTORIZA a contratação por Dispensa de licitação para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA**, em favor da empresa **JJP SEGURANCA ELETRONICA**, com sede na Rua Vicente Pereira Lima, S/N, Centro, Chaval/CE – CEP: 62.420-000, CNPJ nº 47.732.396/0001-25, a qual cotou valor global estimado em **R\$ 9.421,00 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais)**. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei nº 14.133/21 artigos 72, 75 II e 176, Parágrafo único inciso I. **Luciano de Araújo Silva, Presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI.**

Id:167C406D80BEB8CA

**PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ**  
 RUA ARCANJO J DE SOUSA  
 01612678/0001-98 Exercício: 2022

DECRETO Nº 1, DE 03 DE JANEIRO DE 2022 - LEI N.286

*Abre no orçamento vigente crédito adicional  
 suplementar e da outras providências*

Resolve:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$290.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) |  | 290.000,00  |
|-------------------|--|---|
| 02 05 01          | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS   |   |
| 385               | 10.301.0004.2003.0000 SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO                            | 100.000,00  |
|                   | 3.3.90.30.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |
| 387               | 10.301.0004.2003.0000 SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 40.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |
| 439               | 10.304.0004.2104.0000 SAÚDE OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL      | 150.000,00  |
|                   | 3.1.90.16.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

|          |  |                                       |
|----------|--|---------------------------------------|
| 02 04 00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                                       |                                       |
| 233      | 12.361.0003.2117.0000 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SENTENÇAS JUDICIAIS | -290.000,00                           |
|          | 3.1.90.91.00   | F.R. Grupo: 1 599 01                  |
|          | 599  | Outros Recursos Vinculados à Educação |
|          | 999 000  | Não se aplica                         |

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ**  
 RUA ARCANJO J DE SOUSA  
 01612678/0001-98 Exercício: 2022

DECRETO Nº 1, DE 03 DE JANEIRO DE 2022 - LEI N.286



**JOSIMAR JOAO DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO CPF 654.642.223-91**  
**654.642.223-91**

Id:05D4FEC91E46B8CD

**PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ**  
 RUA ARCANJO J DE SOUSA  
 01612678/0001-98 Exercício: 2022

DECRETO Nº 2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022 - LEI N.286

*Abre no orçamento vigente crédito adicional  
 suplementar e da outras providências*

Resolve:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$212.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

| Suplementação (+) |  | 212.000,00  |
|-------------------|--|---|
| 02 02 01          | DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS  |   |
| 129               | 15.782.0007.2059.0000 VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO                            | 20.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 500 00  |
|                   | 500  | OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA  |
|                   | 999 000  | Recursos não vinculados de Impostos   |
|                   |  | Não se aplica   |
| 02 05 01          | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS   |   |
| 385               | 10.301.0004.2003.0000 SAÚDE MATERIAL DE CONSUMO                            | 80.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |
| 386               | 10.301.0004.2003.0000 SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA   | 30.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |
| 387               | 10.301.0004.2003.0000 SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 40.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 600 02  |
|                   | 600  | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Ma |
|                   | 999 000  | Não se aplica   |
| 391               | 10.301.0004.2053.0000 SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA | 20.000,00   |
|                   | 3.3.90.39.00   | F.R.: 1 500 00  |
|                   | 500  | Recursos não vinculados de Impostos   |
|                   | 300 000  | Saúde - Despesas com ASPs   |
| 02 09 00          | SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA  |   |

**PM SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ**  
 RUA ARCANJO J DE SOUSA  
 01612678/0001-98 Exercício: 2022

DECRETO Nº 2, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2022 - LEI N.286

02 09 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

|     |  |                                     |
|-----|--|-------------------------------------|
| 573 | 13.122.0003.2048.0000 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 22.000,00                           |
|     | 3.1.90.11.00   | F.R.: 1 500 00                      |
|     | 500  | Recursos não vinculados de Impostos |
|     | 999 000  | Não se aplica                       |

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

|          |  |                                       |
|----------|--|---------------------------------------|
| 02 04 00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO                                       |                                       |
| 233      | 12.361.0003.2117.0000 EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SENTENÇAS JUDICIAIS | -212.000,00                           |
|          | 3.1.90.91.00   | F.R. Grupo: 1 599 01                  |
|          | 599  | Outros Recursos Vinculados à Educação |
|          | 999 000  | Não se aplica                         |

Artigo 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

S. FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ, 01 de fevereiro de 2022



**JOSIMAR JOAO DE OLIVEIRA**  
**PREFEITO CPF 654.642.223-91**  
**654.642.223-91**



Id:05D4FF6C19873F7E


 ESTADO DO PIAUÍ  
 MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE


## EXTRATO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 SRP PMCM-PI. CONTRATO Nº 14.1005/2024. FUND. LEGAL: Lei nº 14.133/2021. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO MAIOR - PI. **CONTRATADA:** PALMARES DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.290.184/0001-00. **VALOR DO CONT:** R\$ 190.085,00 (cento e noventa mil e oitenta e cinco reais). **VIGÊNCIA:** Da data de assinatura do contrato até 31/12/2024. **HOMOLOGAÇÃO:** 26/04/2024. **DATA DE ASS. DO CONT:** 10/05/2024. **SIGNATÁRIOS:** Município de Campo Maior - PI, através da Secretaria Municipal de Saúde, neste ato representado por sua Secretária Sra. Dorilene Gomes Vidal Felix de Andrade, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa PALMARES DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 45.290.184/0001-00, neste ato representado pelo Sr. Carlos Alberto Machado Junior, doravante denominado **CONTRATADO**.

Id:030E747B5E733F78


 ESTADO DO PIAUÍ  
 MUNICÍPIO DE CAMPO MAIOR  
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

 AVISO DE LICITAÇÃO  
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024 SRP

PREGÃO ELETRÔNICO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, ADJUDICAÇÃO POR ITEM, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES, REFERENTES À REPROGRAMAÇÃO DE RECURSOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO MAIOR - PI, ABERTURA DA SESSÃO: 28 de Maio de 2024 às 09:30 horas. LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). EDITAL COMPLETO: Disponível no Site do TCE-PI, Site do Portal de Compras Públicas e no Portal da Transparência deste Município. Mais informações nos e-mail da Comissão Permanente de Licitação do Município de Campo Maior - PI. Para mais informações: [licitacao2pmcm@gmail.com](mailto:licitacao2pmcm@gmail.com) [licitacao2pmcm@gmail.com](mailto:licitacao2pmcm@gmail.com).

Campo Maior - PI, 14 de Maio de 2024.

 ROBERTO VISGUEIRA MACEDO  
 Pregoeiro do Município de Campo Maior - PI

 Praça Luis Miranda, 318, Centro, CEP 64.280-000, Campo Maior, Piauí, Brasil  
 E-mail: [licitacao2pmcm@gmail.com](mailto:licitacao2pmcm@gmail.com) [licitacao2pmcm@gmail.com](mailto:licitacao2pmcm@gmail.com)

Id:073844E477113E19


 Prefeitura de  
**Francinópolis**  
 Terra de gente feliz


## DECRETO Nº 411, DE 03 DE MAIO DE 2024.

Dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e das outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FRANCINÓPOLIS**, Estado do Piauí, no uso das atribuições constitucionais e legais de seu cargo e tendo em vista o disposto no inciso VI do art. 66 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista que as Conferências municipais em âmbito da Saúde são Fóruns Máximos de representatividade e controle social na melhoria das Políticas Públicas de Saúde conforme a Lei Federal nº 8.142/90,

## DECRETA:

**Art. 1º** - Conforme decisão do Conselho Municipal da Saúde em Reunião Extraordinária realizada dia 02 de Maio de 2024 na sala de reunião da Secretaria Municipal de Saúde, **fica convocada a 1ª Conferência Municipal da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CMGTES) para o dia 22 de MAIO de 2024.**

**Art. 2º** - O tema central da Conferência será, **"DEMOCRACIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE PARA O DESENVOLVIMENTO: GENTE QUE FAZ O SUS ACONTECER EM FRANCINOÓPOLIS - PI"**.

**Art. 3º** - A Conferência será realizada, no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Francinópolis-PI.

**Art. 4º** - A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

**Art. 5º** - As despesas com a organização e realização da 1ª Conferência Municipal da Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (CMGTES), serão consignadas na unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde e Prefeitura Municipal.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Francinópolis, Piauí, em 03 de maio de 2024.

 Paulo César Rodrigues de Moraes  
 Prefeito de Francinópolis - PI

Id:0CC55AC5ED394003


 Prefeitura de  
**Francinópolis**  
 Terra de gente feliz


Id:125270A763613A8E


 CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA  
 Avenida Gerardo Laura, 571 - Centro - Cajueiro da Praia - PI, 64222-000  
 E-mail: [camaracajueirodopraia2023@outlook.com](mailto:camaracajueirodopraia2023@outlook.com)  
 CNPJ nº: 02.949.509/0001-00  
 ESTADO DO PIAUÍ

 Folha \_\_\_\_\_  
 Rubrica \_\_\_\_\_

## RETIFICAÇÃO

No aviso do PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2024, que tem por objeto a contratação de serviços terceirizados, de natureza contínua, para atender as demandas da prefeitura e secretarias municipais de Francinópolis/PI, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, publicado no Jornal Diário dos Municípios, edição VLXVII, do dia 14 de maio de 2024, pág. 261, **ONDE SE LÊ:** DATA DA ABERTURA: 27/05/2024; **LEIA-SE:** DATA DA ABERTURA: **29/05/2024.**

## EXTRATO DE CONTRATO

CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA/PI EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2024 ORIUNDO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2024. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE SEGURANÇA PARA O MONITORAMENTO ELETRÔNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA. **CONTRATADA:** JJP SEGURANCA ELETRONICA, com sede na Rua Vicente Pereira Lima, S/N, Centro, Chaval/CE - CEP: 62.420-000, CNPJ nº 47.732.396/0001-25. **VALOR GLOBAL: R\$ 9.421,00 (nove mil quatrocentos e vinte e um reais).** Vigência: até 31 de dezembro de 2024. Fundamento: Lei nº 14.133/21 em seus artigos 72, 75 II e 176 parágrafo único inciso I. Contratante: Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI. Assinatura do Contrato em 09/05/2024. Luciano de Araújo Silva. Presidente da Câmara Municipal de Cajueiro da Praia/PI.